



## Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

**Local:** Auditório da OAB – Rua Governador Parigot de Souza, nº. 311

**Data:** 18/09/2014

**Horário:** 8h30

1 Aos dezoito dias do mês de setembro de 2014 realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal da  
2 Criança e Adolescente no auditório da OAB. Estiveram presentes na Reunião os **Conselheiros**  
3 **Titulares:** Almir Escatambulo, Nanci Skau Kemmer de Moraes, Eloyr Doin Pacheco, Lílian Mara  
4 Consolin Poli de Castro, Adenilton Rosa de Oliveira, Renata Godoy Leme, Laura Ferreira Lago,  
5 Patrícia Soares Alves da Silva Campos; **Conselheiros Suplentes:** Kamila Fernanda de Lima, Marcelo  
6 Guerra, Lílian de Souza Zanelatto, Silvia Helena da Silva, Tatiane Simões Maia; **Justificaram**  
7 **Ausência:** Telcia Lamônica de Azevedo Oliveira, Adriana da Cruz Barrozo, Kátia Marcos Gomes,  
8 Magali Batista de Almeida, Claudete Carvalho Canezin, Camila Talita Amâncio, também **registraram**  
9 **presença:** Ediane de Paula Machado (COL), Vanessa Camargo de Oliveira (Guarda Mirim), Martina  
10 Araújo Dias (IRM), Mirko Sandro Bressanine (CT Sul), Cassiana Sterra Versoza Carvalhal  
11 (ICDI/Gerar), Carmem Alves de Queiroz (Câmara), Daniel Soares da Silva (PSTC/Colméia), Helayne  
12 C. Santana Diniz (Instituto Adama), Izabella F. Buttendorff (Assessoria Técnica - CMDCA), Ricardo  
13 Lopes Simões (Cense I), Andréia Ferreira (IRM), Juliana Lima (PSTC), Marcelo Quelho Filho (ICDI),  
14 Josiane Laura de Jesus (Ano 53), Daniele P. Z. Selmer, Paulo Sérgio Selmer, Claudia Catafesta (2ª Vara  
15 da Infância), Mônica Moraes de Souza (APP Vida), Alexandre S. de Oliveira (Controladoria), Rafaela  
16 Teixeira da Costa (NEDDIJ), Aline Pedrosa (TJPR), Alexandre Alves José (Epesmel), Jair Roberto  
17 (Past. Menor), Marina de Andrader Bárbara (CT Norte), Alisson Fernando Moreira P., Rosângela Alves  
18 Ferreira, Rejane Ronagnoli Tavares Aragão (OAB-LD), Ana Maria do Nascimento (CREAS 2), Yara  
19 Raquel Faleiros G. (MP), Carina Moyses de Assis Barreto (APP Vida), Josiane de Souza (CMDCA). A  
20 presidente do CMDCA, Nanci Skau Kemmer de Moraes, inicia a reunião em segunda convocação  
21 pedindo para que todos os participantes se apresentem. Após a apresentação dos presentes, a reunião  
22 segue para aprovação da pauta: **1º. Aprovação da Pauta; 2º. Aprovação das atas dos dias 21/08/2014**  
23 **e 04/09/2014; 3º. Apresentação Orçamento Criança; 4º. Juíza Dra. Claudia Catafesta – 2º Vara da**  
24 **Infância e Adolescência – NAIA e Justiça Restaurativa; 5º. Cari – Encerramento das atividades**  
25 **da entidade; 6º. Relato das Comissões; 7º. Informes.** A Conselheira Patrícia lembra que na reunião  
26 anterior foi deliberado pela recomposição das Comissões de Trabalho. Nanci sugere que no relato das  
27 Comissões sejam identificadas aquelas que precisam ser recompostas e lembra que poucas estão se  
28 reunindo, sugere também que caso não haja tempo no relato das Comissões para a recomposição das  
29 mesmas, que seja feito ponto de pauta específico para próxima reunião. Nanci pede como ponto de  
30 pauta a discussão de um projeto que veio da câmara de vereadores para parecer do Conselho. **1º -**  
31 **Aprovação da Pauta:** A Plenária aprova a pauta com as seguintes modificações: **2º. Aprovação das**  
32 **atas dos dias 21/08/2014 e 04/09/2014; 3º. Apresentação Orçamento Criança; 4º. Pautas: Juíza**  
33 **Dra. Claudia Catafesta – 2º Vara da Infância e Adolescência – NAIA e Justiça Restaurativa; 5º.**  
34 **Projeto de Lei que dispõe sobre colocação de placas em colégios públicos e privados sobre os**  
35 **males das drogas; 6º. Cari – Encerramento das atividades da entidade; 7º. Relato das Comissões;**  
36 **8º. Informes. 2º - Aprovação das atas dos dias 21/08/2014 e 04/09/2014:** Após aprovação da pauta,  
37 Nanci pergunta para os conselheiros e presentes quem leu as atas. Lembra que as atas são enviadas por  
38 e-mail junto com a pauta. A plenária aprova as atas do dia 21/08/2014 e 04/09/2014, com alterações; **3º**  
39 **- Apresentação Orçamento Criança:** A presidente chama para apresentação do Orçamento Criança  
40 Alexandre Sanches de Oliveira, da Controladoria. Ele explica que o Orçamento é bimestral e que o  
41 mesmo será apresentado em duas partes: primeiro pelo percentual gasto, depois de forma qualitativa  
42 pela Clarice Junges, da Secretaria de Assistência Social, fala que a plenária pode interrompê-lo a  
43 qualquer momento para fazer perguntas. Clarice fala que o município gastou no quadrimestre 57% do  
44 orçamento destinado a crianças e adolescentes, questiona o que acontece quando o orçamento não é  
45 gasto no ano. Lílian, da Controladoria, explica que é apresentada a previsão de gasto do Município e  
46 não o financeiro, lembra que Londrina passou por um congestionamento, e que no final do ano é feito a

## Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

47 comparação entre o previsto no orçamento e o efetivado. Clarice Junges questiona sobre o prêmio  
48 Prefeito Amigo da Criança, o que acontece caso o município não cumpra o Orçamento. Alexandre, da  
49 Controladoria, traz que existem outros pontos que são utilizados para avaliar o prêmio Prefeito Amigo  
50 da Criança, continua dizendo que as ações orçadas, quando não cumpridas, são perdidas, pois o saldo  
51 não é acumulativo e não pode ser reprogramado. A Conselheira Lílian Poli sugere que as secretarias  
52 apresentem os gastos do orçamento crianças a cada bimestre. A presidente Nanci fala da necessidade de  
53 cobrar os recursos que não são aplicadas na proteção das crianças e adolescente. Alexandre fala da  
54 importância do Conselho nesta cobrança para que o orçamento seja cumprido. Lílian Poli pergunta para  
55 Alexandre como o Conselho pode cobrar mais para que o orçamento seja aprovado e cumprido,  
56 lembrando que há ações que são programadas para crianças e adolescente e que não são cumpridas  
57 devido ao contingenciamento. Alexandre lembra a luta do Conselho para que seja apresentado o  
58 orçamento qualitativo também. Sugere que o Conselho monte uma Comissão de Prioridades para  
59 elencar (e recuperar) as prioridades que deverão entrar no próximo Orçamento Criança, antes que o  
60 orçamento seja votado pelos vereadores. Nanci agradece o Alexandre e traz para a plenária a sugestão  
61 da Conselheira Lílian, da Controladoria, para que seja formada uma comissão para discutir o orçamento  
62 de políticas públicas para crianças e adolescente no município, Lílian Poli, questiona porque a  
63 CAAPSML recebe um recurso maior do que a Secretaria da Mulher, lembrando da importância do  
64 trabalho desta secretaria no trabalho com as mulheres/mães que impacta diretamente na proteção das  
65 crianças e adolescentes. A apresentação contou com os gastos previstos e o que foi executado até o 4º  
66 Bimestre, sendo: Secretaria de Governo, previsto em 2014 R\$867.504,00, executado até o bimestre  
67 155.136,68, totalizando 18 por cento do total; Secretaria de educação, previsto em 2014  
68 R\$306.120.774,34, executado R\$ 162.812.826,90, totalizando 53 por cento do total; Secretaria de  
69 Cultura, previsto 7.215.284,80, executado R\$ 4.084.880 ,12, totalizando 57 por cento do total,  
70 Secretaria de Assistência previsto R\$ 23.840.214,87, executado R\$ 12.271.128,27, totalizando 51 por  
71 cento do total; Secretaria da Mulher, previsto R\$ 787.573,60, executado R\$ 432.559,10, totalizando 55  
72 por cento do total; Fundo Municipal da Saúde previsto 119.433.974,75, executado 79.873.664,85,  
73 totalizando 67 por cento do total, CAAPSML, previsto R\$1.729.682,50, executado 990.182,45,  
74 totalizando 57 por cento do total; Fundação de Esportes de Londrina, previsto R\$ 3.205.127,20,  
75 executado R\$ 1.470.55,44, totalizando 57 por cento do total . Clarice sugere que na construção do Plano  
76 Decenal para Crianças e Adolescente sejam discutidas as destinações de dinheiro para a CAAPSML em  
77 vez de ser destinado para outras secretarias como a Mulher, lembrando o Conselho de todo o histórico  
78 das discussões a respeito dos valores destinado a CAAPSML. Nanci explica qual a função da  
79 CAAPSML: que a mesma é uma caixa de pensão para os funcionários da prefeitura, e que o orçamento  
80 criança é utilizado em função dos filhos dos funcionários. A presidente afirma que este argumento não  
81 satisfaz o Conselho, que é preciso retomar a discussão com embasamento para realizar os  
82 questionamentos junto ao Governo. Clarice Junges, da Secretaria de Assistência Social, se apresenta  
83 para plenária e explica como acontece a construção do relatório qualitativo do Orçamento Criança, onde  
84 cada secretaria apresenta as ações previstas e realizadas para crianças e adolescentes. Fala que ainda  
85 existem algumas pendências na construção do orçamento e que quando estas estiverem sanadas, o  
86 relatório será enviado para todos os presentes por e-mail, lembra da importância da participação dos  
87 conselheiros e participantes do conselho na apresentação do relatório na câmara que será realizado dia  
88 26 de setembro as 10 horas na Câmara de Vereadores. Clarisse segue apresentando o orçamento  
89 quadrimestral cumprido, Mirko questiona o número de escolas em tempo integral (17) indicadas pela  
90 secretaria de educação em seu relatório, já que os três conselhos tutelares presentes na reunião  
91 desconhecem esse número de escolas em tempo integral. Nanci sugere que seja solicitada a presença do  
92 representante da educação para que sejam explicados quais são essas escolas em tempo integral, visto  
93 que existe uma demanda de encaminhamentos, que seja discutido o que a educação considera como  
94 atendimento integral. Na apresentação dos dados qualitativos, o Conselheiro Tutelar Alisson Moreira  
95 Poças discorda dos dados sobre capacitação aos Conselheiros Tutelares e fala que o Município não  
96 fornece capacitação para os Conselheiros. Alexandra lembra os presentes da capacitação que aconteceu

## Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

97 em maio através do CEDCA e do CMDCA sendo a UEL a executora. Clarice Junges pede para passar  
98 um vídeo exemplificando a necessidade de ousarmos, termina apresentação reforçando a importância  
99 do Conselho na construção da política de proteção a crianças e adolescente. **4º Pauta: Juíza Dra.**  
100 **Claudia Catafesta – 2º Vara da Infância e Adolescência – NAIA e Justiça Restaurativa;** Dra.  
101 Cláudia se apresenta a plenária para dar início a apresentação dos dois projetos. Começa falando do  
102 NAIA, que foi criado em 2012, em cumprimento ao artigo 88 do ECA que prevê a integração  
103 operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência  
104 Social. Fala da configuração que é solicitado pelo ECA para qualidade do atendimento do adolescente  
105 em conflito com a lei. A doutora fala que já era uma necessidade de Londrina, dessa forma o grupo que  
106 compõe NAIA junto ao Estado conseguiu a construção de um novo modelo CENSE para atendimento a  
107 crianças e adolescente, a partir desse novo modelo integrado, continua a exposição dizendo que já  
108 consta na lei orçamentária de 2015 do Estado a construção do CENSE que conta também com o apoio  
109 do CEDCA, traz para plenária o exemplo de Curitiba, onde os índices de violência diminuíram. Clarice  
110 questiona se não seria melhor aproveitar a estrutura do CENSE. Dra. Cláudia fala que há um novo  
111 modelo para atendimento do CENSE e que este que há em Londrina, tem o formato de cadeia, o que  
112 não condiz com posto no SINASE, traz também dados que apontam que mais meninas comentem  
113 suicídio nos CENSE's do que meninos, lembra que não há o problema de orçamento, pois o Estado já  
114 aprovou, e também há o apoio do CEDCA. Solicita o apoio do CMDCA e fala da necessidade do  
115 terreno, que teria que ter a metragem de 20 mil metros quadrados. Ricardo, diretor do CENSE I, traz o  
116 histórico de aproximação da instituição com o NAIA. Fala que a partir da aproximação com o NAIA,  
117 foi possível perceber a fragmentação das ações, e que a aproximação destes atores, melhoraria o  
118 atendimento dos adolescentes, para que eles se tornem protagonistas das ações. Fala do orçamento que  
119 já aprovado, fala da construção do espaço integrado para atendimento ao adolescente, reforma do  
120 CENSE I para atender as meninas no município e da promessa de construção de outra unidade de  
121 semiliberdade no município de Londrina. Ricardo fala da necessidade de pensar também a prática  
122 profissional e os processos de trabalho. Fala da importância do Conselho acompanhar estas ações. Dra.  
123 Yara fala da necessidade de pensar o envolvimento da família, para que haja o acompanhamento do  
124 adolescente. Dr. Cláudia fala que este atendimento concentrado fará um atendimento completo com a  
125 família, traz dados de Belo Horizonte e São Paulo, onde já existem projetos de atendimento integrado e  
126 foi possível que estes projetos contribuísssem para a diminuição da violência policial exacerbada,  
127 evitando o deslocamento para os pontos de atendimento, além de aumentar a participação da família no  
128 acompanhamento do adolescente. Dra. Cláudia fala da importância de trabalhar com a família, a escola  
129 e também a questão do uso de substância psicoativas para que o adolescente tenha o atendimento  
130 completo, reforça ao Conselho a necessidade de contrapartida do município do terreno de 20 mil metros  
131 quadrados. Alisson fala da importância desta ação integrada, e sugere um indicativo do CMDCA para  
132 que o município indique espaço público para a construção deste novo modelo de CENSE. Marcelo,  
133 Presidente do Conselho Jovem da ACIL e do CDI, pergunta se caso não há terreno público, se a ACIL  
134 vendo que os dados deste novo modelo de ação implicariam na diminuição dos casos de violência e dos  
135 gastos dos empresariados com segurança, não poderia doar o terreno, o Conselho apoia a ideia e fica à  
136 disposição para ajudar na formulação da proposta. Ricardo fala do terreno da Infraero perto do CENSE  
137 I que será aberta licitação para compra, Marina lembra que este terreno da Infraero foi doado pelo  
138 Município para construção de casas para os militares, e que este propósito não está sendo cumprido,  
139 dessa forma não seria correto vender este terreno. Nanci pede para a Secretaria do Conselho fazer esta  
140 pesquisa sobre o terreno, Nanci sugere que seja feita uma comissão para conversar com o prefeito, além  
141 de pensar em possibilidades de terreno. Lílian, da Controladoria, sugere que seja feita uma consulta no  
142 termo de cessão do terreno para que a reunião com o Prefeito já tenha algumas respostas. O Conselho  
143 delibera pela Comissão para conversar com o prefeito, sendo: Laura, Alisson, Dra. Cláudia, Ricardo,  
144 Marcelo e Nanci. Dra. Cláudia agradece e inicia a apresentação do segundo projeto, dizendo que está  
145 trabalhando com juíza na área de Criança e Adolescente há 9 anos. Fala que o adolescente muitas vezes  
146 não consegue compreender a importância da medida aplicada a ele, pois há uma preocupação maior

## Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

147 com o processo. Explica aos presentes os objetivos da Justiça Restaurativa, que tem pretende pensar  
148 qual o dano que a vítima sofreu e como o adolescente pode fazer a restauração. Dra. Cláudia traz um  
149 exemplo de Porto Alegre onde há o ciclo restaurativo, onde a vítima e o autor conversam. Fala das  
150 experiências de 10 anos no Brasil que estão dando certo, fala da metodologia restaurativa e traz as  
151 experiências dos projetos pilotos de Porto Alegre e Brasília. Reforça que esta prática envolve a escola, o  
152 CRAS, a comunidade. Fala da necessidade de aproximação e a troca da imposição para o diálogo. Traz  
153 a proposta do Círculo de Condução de Paz, fala da capacitação de 25 pessoas que é feita com o intuito  
154 de ter multiplicadores e tem custo de 15 mil reais. Dra. Cláudia fala que houve a destinação de 90 mil  
155 reais do Judiciário para o FIA. Dra. Cláudia fala das multas administrativas da 1º Vara da Infância e  
156 Juventude que são destinadas ao FMDCA e do dinheiro apreendido com adolescentes, exceto vindo do  
157 tráfico de drogas, da 2º Vara da Infância e Juventude que também é destinado ao FMDCA. Nanci sugere  
158 que seja verificado no FMDCA as destinações, como ter especificado de onde vem cada doação nos  
159 extratos da conta da Caixa Econômica Federal. Ao discorrer sobre o curso de formação para  
160 facilitadores dos “Círculos de Paz” cita exemplo de Porto Alegre, onde a comunidade reduziu a  
161 presença da polícia, resolvendo os conflitos internamente. Lilian da secretaria de saúde parabeniza a  
162 iniciativa e pede a participação de alguém da Secretaria de Saúde, e disponibiliza a Secretaria de Saúde,  
163 as UBS para o projeto. Dra. Cláudia fala que a Justiça Restaurativa ficara alocada no SEJUSC. Nanci  
164 sugere que seja feito o detalhamento do projeto com os gastos. Pergunta para Plenária se pode ser  
165 realizada a destinação para a capacitação. Alexandra questiona a quantidade de encontros e ressalta que  
166 o saldo do Fundo tem que ser consultado, pois o valor de 15 mil reais não é pouco para o CMDCA.  
167 Dra. Cláudia fala que o recurso tem que ser regionalizado, por isso o custeio tem que ser do município.  
168 Lilian sugere que seja aprovada a primeira capacitação, e que depois seja apresentado para o Conselho  
169 o detalhamento anual do curso e as quantidades sugeridas. Izabella sugere a consulta do saldo do fundo,  
170 Nanci lembra que o dinheiro para custear o curso há. O que o Conselho precisa saber de onde vem o  
171 dinheiro do fundo, identificar qual é doador. Kamila sugere que haja um detalhamento maior do curso,  
172 quem pode participar, se irá abrir para a comunidade. Nanci sugere que seja feita uma apresentação da  
173 proposta da Justiça Restaurativa. Aline sugere que seja feito um seminário para participação de toda  
174 rede de serviço. Dra. Cláudia coloca à disposição do Conselho os endereços eletrônicos para contato  
175 com a Justiça Restaurativa, tanto e-mail, quanto Facebook. Fica definido pela plenária a proposta de  
176 financiamento de um curso mediante apresentação detalhada da proposta, além da realização de um  
177 seminário para a rede de serviços. **5º - Projeto de Lei que dispõe sobre colocação de placas em**  
178 **colégios públicos e privados sobre os males das drogas;** Nanci fala sobre o projeto de Lei do  
179 executivo que propõe a colocação de placas nos corredores das escolas públicas e privadas com  
180 situações reais das consequências do uso de entorpecentes. Nanci fala de se pensar outros espaços que  
181 podem ser discutidos o uso de álcool e drogas. Eloyr ressalta que falamos de espaços acolhedores e que  
182 este projeto pode hostilizar ainda mais o ambiente escolar. O Conselho não aprova o projeto e irá  
183 acompanhar as discussões a cerca do mesmo. **6º - CARI – Encerramento das atividades da entidade:**  
184 Izabella traz o histórico da entidade Cari que teve Registro durante 12 anos com o CMDCA, mas que  
185 está encerrando suas atividades no Município, sendo que há necessidade da comissão de  
186 acompanhamento realizar visita na instituição para fazer relação de materiais, pois de acordo com o  
187 regimento interno do CMDCA, quando uma entidade encerra suas atividades os equipamentos  
188 adquiridos com recursos do fundo têm que ser repassados para uma instituição que atende a mesma  
189 modalidade. Patrícia lembra que a comissão terá que ir à entidade e conferir os itens, Laura sugere que  
190 a comissão de acompanhamento dos Acolhimentos Institucionais participe das discussões de doação  
191 dos equipamentos adquiridos em convenio, pois conhece as situações dos abrigos. Dra. Yara fala que o  
192 Cari foi construído para atender bebês na área da saúde, que recebiam alta, mas não tinham condições  
193 de ir para casa. Traz o histórico da entidade que não aceitava se adequar as legislações para recebimento  
194 de convênio com o município, mas que ainda sim mantinha um atendimento excelente, sendo que a  
195 mantenedora é a igreja Espirita. Dra. Yara avalia que o cansaço da presidente fez com que a instituição  
196 fosse fechada. E que o fechamento da instituição foi um retrocesso para a política pública. Dra. Yara



## Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

197 fala da preocupação, pois a instituição tinha um atendimento excelente com bebês recém nascidos. Fica  
198 acordada uma reunião com a dona Leda para ver o entendimento da mesma sobre a possibilidade de  
199 retorno da entidade. Dra. Yara fala da proposta também dos bebês irem para o Lar Anália Franco. Laura  
200 lembra que é necessário esperar para ver se o Lar Anália Franco irá receber os bebês para que eles  
201 recebam também os mobiliários. **7º Relato das Comissões:** Tatiane relata que a Comissão de Fundos se  
202 reuniu no dia 09 de setembro, que esta comissão aprovou os seguintes projetos: compra de  
203 equipamentos permanentes para Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais –  
204 ILECE; compra de computador e maquina fotográfica para o Serviço de Acolhimento Familiar da  
205 Secretaria de Assistência Social, após as pendências serem sanadas; projeto para aquisição de  
206 equipamentos eletrônicos do Lar Anália Franco, após serem sanadas as pendências do projeto. Foi  
207 indeferido pela comissão o seguinte projeto: compra de equipamentos permanentes para Instituto  
208 Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais – ILECE, pois a medida do toldo fixo, não  
209 confere com a do orçamento apresentado. **Informes:** Kamila divulga o curso da educação sobre o livro  
210 “O segredo da Tartarina”, que está acontecendo na UEL. Alisson fala sobre a construção da sede do 4º  
211 Conselho, que o Município está concorrendo no CEDCA e que está emperrada por falta de documentos.  
212 Sugere que o CMDCA peça ponto de pauta para solicitar a prorrogação da entrega de documentos para  
213 que o Município concorra a construção da sede do 4º Conselho e que envie um representante.  
214 Alexandra fala que o prazo para solicitação de pauta é dia 19 de setembro. O conselho delibera pelo  
215 pedido de pauta e o envio do Conselheiro Tutelar Alisson para fazer a explanação no CEDCA. Sem  
216 mais o que constar nesta, eu, Adenilton Rosa de Oliveira, Segundo Secretário do Conselho lavrei a  
217 presente ata, que deverá ser submetida e aprovada no Conselho.